VII - eficiência e eficácia, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA 87ª (Da exigibilidade) - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Contrato de Consórcio Público.

TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA 88ª (Da instalação) - A Assembléia Geral de Instalação do Consórcio Público Agência Reguladora PCJ será convocada por pelo menos dois Municípios que tenham ratificado, mediante lei, este Protocolo de Intenções, tão logo tenham informações firmes e seguras de que este Protocolo de Intenções tenha sido ratificado, mediante lei, por Municípios cuja soma de suas populações totalize, no mínimo, 1.000.000 (um milhão) de habitantes, conforme a Cláusula 4ª deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - A convocação dar-se-á por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência de realização da Assembléia Geral. Acessoriamente, a convocação dar-se-á também por meio de correspondência, impressa ou eletrônica, dirigida a cada um dos Prefeitos dos Municípios mencionados neste Protocolo de Intenções, expedida com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de realização da Assembléia Geral.

§ 2º - A Assembléia Geral de Instalação do Consórcio Público Agência Reguladora PCJ será presidida pelo Prefeito que estiver no exercício da Presidência do Consórcio PCJ, ou pelo Prefeito mais idoso, dentre os subscritores deste Protocolo de Intenções.

§ 3º - Caso conste da Ordem do Dia da convocação da Assembléia Geral de Instalação, uma vez realizada a verificação de poderes, será apreciada proposta de estatutos, mediante debates, apresentação de emendas e votações, no qual serão artigos ou emendas votadas em separado somente se houver requerimento de destaque subscrito por representantes com direito a voto de, no mínimo, três Municípios consorciados.

VII - eficiência e eficácia, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA 87ª (Da exigibilidade) - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Contrato de Consórcio Público.

TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA 88ª (Da instalação) - A Assembleia Geral de Instalação do Consórcio Público Agência Reguladora ARES-PCI será convocada por pelo menos dois Municípios que tenham ratificado, mediante lei, este Protocolo de Intenções, tão logo tenham informações firmes e seguras de que este Protocolo de Intenções tenha sido ratificado, mediante lei, por Municípios cuja soma de suas populações totalize, no mínimo, 1.000.000 (um milhão) de habitantes, conforme a Cláusula 4ª deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - A convocação dar-se-á por meio qe edital publicado no Diário Oficial do Estado com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência de realização da Assembleia Geral. Acessoriamente, a convocação dar-se-á também por meio de correspondência, impressa ou eletrônica, dirigida a cada um dos Prefeitos dos Municípios mencionados neste Protocolo de Intenções, expedida com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de realização da Assembleia Geral.

§ 2º - A Assembleia Geral de Instalação do Consórcio Público Agência Reguladora ARES-PCI será presidida pelo Prefeito que estiver no exercício da Presidência do Consórcio PCI, ou pelo Prefeito mais idoso, dentre os subscritores deste Protocolo de Intenções.

§ 3º - Caso conste da Ordem do Dia da convocação da Assembleia Geral de Instalação, uma vez realizada a verificação de poderes, será apreciada proposta de estatuto, mediante debates, apresentação de emendas e votações, no qual serão artigos ou emendas votadas em separado somente se houver requerimento de destaque subscrito por representantes com direito a voto de, no mínimo, três Municípios consorciados.

§ 4º - Também, caso conste da Ordem do Dia, na mesma Assembléia Geral de Instalação poderá ser realizada a eleição e posse do Presidente do Consórcio Público Agência Reguladora PCJ e a nomeação dos membros da Diretoria Executiva.

§ 5º - As eleições e nomeações mencionadas no parágrafo anterior, ou parte delas, poderão ser realizadas independentemente de serem aprovados os estatutos da Agência Reguladora PCJ, nos termos previstos no § 3º desta Cláusula.

CLÁUSULA 89ª (Do mandato do primeiro Presidente) - O mandato do primeiro Presidente da Agência Reguladora PCJ encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de 2012, porém, caso este tenha sido reeleito Prefeito, terá seu mandato prorrogado pro tempore até a eleição e posse do Presidente sucessor.

§ 1º - Caso o Presidente da Agência Reguladora PCJ não seja reeleito, será sucedido pelo 1º Vice-Presidente, caso este tenha sido reeleito Prefeito, que responderá legalmente pela Agência Reguladora PCJ até a eleição e posse do novo Presidente.

§ 2º - Caso o 1º Vice-Presidente da Agência Reguladora PCJ não seja reeleito, será sucedido pelo 2º Vice-Presidente, caso este tenha sido reeleito Prefeito, que responderá legalmente pela Agência Reguladora PCJ até a eleição e posse do novo Presidente.

§ 3º - Caso o 2º Vice-Presidente da Agência Reguladora PCJ não seja reeleito, será sucedido pelo Prefeito mais idoso de Município consorciado, que responderá legalmente pela Agência Reguladora PCJ até a eleição e posse do novo Presidente.

CLÁUSULA 90ª (Do mandato da primeira Diretoria) - A fim de promover a não-coincidência inicial, os membros da Diretoria Executiva da Agência Reguladora PCJ terão os seguintes mandatos:

I - o primeiro mandato do Diretor Geral encerrar-se-á em 31 de dezembro de 1 - o prii 2013;

§ 4º - Também, caso conste da Ordem do Dia, na mesma Assembleia Geral de Instalação poderá ser realizada a eleição e posse do Presidente do Consórcio Público Agência Reguladora ARES-PCJ e a nomeação dos membros da Diretoria Colegiada.

§ 5º - As eleições e nomeações mencionadas no parágrafo anterior, ou parte delas, poderão ser realizadas independentemente de ser aprovado o estatuto da Agência Reguladora ARES-PCI, nos termos previstos no § 3º desta Cláusula.

CLÁUSULA 89ª (Do mandato do primeiro Presidente) - O mandato do primeiro Presidente da Agência Reguladora ARES-PCJ encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de 2012, porém, caso este tenha sido reeleito Prefeito, terá seu mandato prorrogado pro tempore até a eleição e posse do Presidente sucessor.

§ 1º - Caso o Presidente da Agência Reguladora ARES-PCJ não seja reeleito, será sucedido pelo 1º Vice-Presidente, caso este tenha sido reeleito Prefeito, que responderá legalmente pela Agência Reguladora ARES-PCJ até a eleição e posse do novo Presidente.

§ 2º - Caso o 1º Vice-Presidente da Agência Reguladora ARES-PCJ não seja reeleito, será sucedido pelo 2º Vice-Presidente, caso este tenha sido reeleito Prefeito, que responderá legalmente pela Agência Reguladora ARES-PCJ até a eleição e posse do novo Presidente.

§ 3º - Caso o 2º Vice-Presidente da Agência Reguladora ARES-PCJ não seja reeleito, será sucedido pelo Prefeito mais idoso de Município consorciado, que responderá legalmente pela Agência Reguladora ARES-PCJ até a eleição e posse do novo Presidente.

CLÁUSULA 90ª (Do mandato da primeira Diretoria) - A fim de promover a não-coincidência inicial, os membros da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora ARES-PCI terão os seguintes mandatos:

 l - o primeiro mandato do Diretor Geral encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2013; II - o primeiro mandato do Diretor Técnico-Operacional encerrar-se-á em 30 de junho de 2013;

III - o primeiro mandato do Diretor Administrativo e Financeiro encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2012; Parágrafo único - Os demais mandatos dos membros da Diretoria Executiva serão de 2 (dois) anos.

CLÁUSULA 91ª (Da Assembléia estatuinte) - No caso dos estatutos não serem aprovados nos termos previstos no § 4º da Cláusula 88ª deste Protocolo de Intenções, será convocada Assembléia Geral para a elaboração dos estatutos da Agência Reguladora PCJ, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente instrumento.

§ 1º - Confirmado o *quorum* de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembléia e, em ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - o texto do projeto de estatutos que norteará os trabalhos;

 II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado, exigida sempre assinatura de, no mínimo, três representantes de Municípios consorciados com direito a voto; III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos. § 2º - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º - Da nova sessão poderão comparecer os Municípios que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

II - o primeiro mandato do Diretor Técnico-Operacional encerrar-se-á em 30 de junho de 2013;

III - o primeiro mandato do Diretor Administrativo e Financeiro encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2012;

Parágrafo único - O prazo de duração dos demais mandatos dos membros da Diretoria Colegiada serão definidos no estatuto da Agência reguladora ARES-PCJ.

CLÁUSULA 91ª (Da Assembleia estatuinte) - No caso de o estatuto não ser aprovado nos termos previstos no § 4º da Cláusula 88ª deste Protocolo de Intenções, será convocada Assembleia Geral para a elaboração do estatuto da Agência Reguladora ARES-PCI, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente instrumento.

§ 1º - Confirmado o quórum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, em ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - o texto do projeto de estatuto que norteará os trabalhos;

 II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado, exigida sempre assinatura de, no mínimo, três representantes de Municípios consorciados com direito a voto; III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatuto.

§ 2º - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º - Da nova sessão poderão comparecer os Municípios que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º - Os estatutos preverão as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

§ 5° - Os estatutos da Agência Reguladora PCJ e suas alterações entrarão em vigor após publicação do seu extrato na imprensa oficial.

§ 6° - A Agência Reguladora PCJ disponibilizará seus estatutos, em sua íntegra, em sítio que manterá na internet.

CLÁUSULA 92ª (Do contrato de rateio) - Até a obtenção de sua independência financeira decorrente da instituição e cobrança das taxas previstas neste Protocolo de Intenções, as atividades da Agência Reguladora PCJ poderão ser custeadas por recursos repassados pelos Municípios consorciados, através de contratos de rateio.

CLÁUSULA 93ª (Dos novos municípios) - Os Municípios criados através de desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do caput da Cláusula 1ª deste Protocolo de Intenções somente poderão integrar o Consórcio Público Agência Reguladora PCJ mediante ratificação do Protocolo de Intenções por sua Câmara Municipal e aprovação da Assembléia Geral do Consórcio.

TÍTULO XII DO FORO

CLÁUSULA 94ª (Do foro) - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Americana, Estado de São Paulo.

§ 4º - O estatuto preverá as formalidades e quórum para a alteração de seus dispositivos.

§ 5° - O estatuto da Agência Reguladora ARES-PCI e suas alterações entrarão em vigor após publicação do seu extrato na imprensa oficial.

§ 6° - A Agência Reguladora ARES-PCI disponibilizará seu estatuto, em sua íntegra, em sítio que manterá na internet.

CLÁUSULA 92ª (Do contrato de ratelo) - Até a obtenção de sua independência financeira decorrente da instituição e cobrança das taxas previstas neste Protocolo de Intenções, as atividades da Agência Reguladora PCJ poderão ser custeadas por recursos repassados pelos Municípios consorciados, através de contratos de rateio.

CLÁUSULA 92ª A (Dos Convênios de Cooperação) - Todas as disposições previstas neste Protocolo de Intenções e no estatuto aplicam-se, no que couber, aos municípios que firmarem Convênio de Cooperação com a Agência Reguladora ARES-PCI, delegando a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

CLÁUSULA 93ª (Dos novos municípios) - Os Municípios criados através de desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do *caput* da Cláusula 1ª deste Protocolo de Intenções somente poderão integrar o Consórcio Público Agência Reguladora ARES-PCJ mediante ratificação do Protocolo de Intenções por sua Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Geral do Consórcio.

TÍTULO XII DO FORO

CLÁUSULA 94ª (Do foro) - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Americana, Estado de São Paulo.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ANEXO I

1 - RELAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS CRIADOS

Os empregos públicos relacionados serão providos por Processos Seletivos Público de provas e títulos, com exceção dos empregos comissionados de Diretor Geral, Diretor Técnico- Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro, de livre indicação do Presidente da Agência Reguladora PCJ, submetido à aprovação da Assembleia Geral.

	2	Carga	Referência
Nº de Vagas	Denominação do Emprego	Horária Semanal	Salarial Inicial
1	Diretor Geral	40 horas	150
н	Diretor Técnico-Operacional	40 horas	148
1	Diretor Administrativo e Financeiro	40 horas	148
ъ	Procurador Jurídico	40 horas	120
7	Ouvidor	40 horas	110
		•	•
2	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Engenharia Civil / Sanitária)	40 horas	110
5	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Engenharia Ambiental)	40 horas	110
4	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Biologia)	40 horas	110
9	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Contábil / Economia / Administração)	40 horas	110
•		_	•
•		1	•
8	Assistente Administrativo	40 horas	09
ĸ	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	20
Jbs.: 39 E	Obs.: 39 Empregos Públicos		

SEGUINDA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

ANEXO I

1 - RELAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS CRIADOS

Os empregos públicos relacionados serão providos por Processos Seletivos Público de provas e títulos, com exceção dos empregos comissionados de Assessor de Diretoria (de livre indicação pelos membros da Diretoria Colegiada e nomeação pelo Presidente da Administrativo e Financeiro e Ouvidor, de livre indicação e nomeação pelo Presidente da Agência Reguladora ARES-PCJ) e de Diretor Geral, Diretor Técnico-Operacional, Diretor Agência Reguladora ARES-PCL, submetidos à aprovação da Assembleia Geral.

Nº de Vagas	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Inicial	
 1	Diretor Geral	40 horas	150	
 1	Diretor Técnico-Operacional	40 horas	148	-
#=	Diretor Administrativo e Financeiro	40 horas	148	
4	Procurador Jurídico	40 horas	120	
 8 44 1	Ouvidor	40 horas	120	
က	Assessor de Diretoria	40 horas	110	
 7	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Engenharia Civil / Sanitária)	40 horas	110	
7	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Engenharia Ambiental / Engenharia Química)	40 horas	110	
ž.	Analista de Fiscalização e Regulação (Área — Biologia / Química)	40 horas	110	
 10	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Contábil / Economia / Administração)	40 horas	110	
 2	Analista de Ouvidoria (Administração/Direito)	40 horas	110	
 1	Contador	40 horas	110	
 10	Assistente Administrativo	40 horas	90	
1	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	20	
Obs.: 56	Obs.: 56 Empregos Públicos			

Segunda Alteração do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ – Alterações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária em 21/03/2024

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 150

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção em prestador de serviços de saneamento básico, em órgão da administração pública, ou em entidade reguladora dos serviços de saneamento básico.

EMPREGO: Diretor Técnico-Operacional

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 148

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção em prestador de serviços de saneamento básico, em órgão da administração pública, ou em entidade reguladora dos serviços de saneamento básico.

EMPREGO: Diretor Administrativo e Financeiro

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 148

experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção em prestador de HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e serviços de saneamento básico, em órgão da administração pública, ou em entidade reguladora dos serviços de saneamento básico.

EMPREGO: Procurador Jurídico

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 120

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

EMPREGO: Ouvidor

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 120

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento, em administração pública ou em regulação dos serviços de saneamento básico.

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110 EMPREGO: Assessor da Diretoria

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e experiência profissional em prestador de serviços de saneamento básico, ou em entidade reguladora desses serviços.

EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Engenharia Civil / Sanitária REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Engenharia Civil ou Sanitária com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

2 - DEFINIÇÃO DAS HABILITAÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

EMPREGO: Diretor Geral

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 150

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção Colegiada em serviços municipais de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a Agência Reguladora PCJ.

EMPREGO: Diretor Técnico-Operacional

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 148

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção executiva em serviços municipais de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a Agência Reguladora PCJ.

EMPREGO: Diretor Administrativo e Financeiro

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 148

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção executiva em serviços municipais de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a Agência Reguladora PCJ.

EMPREGO: Procurador Jurídico

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 120

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

EMPREGO: Ouvidor

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Jornalismo ou Comunicação Social, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional, quando

EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Engenharia Civil / Sanitária REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Engenharia Civil ou Sanitária com

registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

Segunda Alteração do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ – Alterações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária em 21/03/2024

EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Engenharia Ambiental / Engenharia HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Engenharia Ambiental ou em Engenharia Química, com o registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Biologia ou em Química, com EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área Contábeis / Economia / Administração HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Administração com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Administração, Administração Pública ou Direito com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Ciências Contábeis, registro EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Biologia / Química registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino médio ou técnico, completo. válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino fundamental completo. EMPREGO: Auxiliar de Serviços Gerais **EMPREGO:** Assistente Administrativo REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110 EMPREGO: Analista de Ouvidoría REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 60 REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 20 EMPREGO: Contador profissional. profissional profissional HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Engenharia Ambiental com o HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Biologia com registro válido e Econômicas ou Administração com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Ciências Contábeis, Ciências EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área Contábeis/Economia/ Administração EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Engenharia Ambiental egistro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional. EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Biologia HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino médio ou técnico, completo. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino fundamental completo. vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional. **EMPREGO:** Auxiliar de Serviços Gerais **EMPREGO:** Assistente Administrativo REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110 REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110 REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110 REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 60 REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 20 profissional.

(2010)
ARIAL
CIA SAI
FERÊN
L DE REI
A DE NÍVEL DE F
BELA D
3 - TA

3 - TABELA DE NÍVEL DE REFERÊNCIA SALARIAL (2024)

								•••												•								_		
Salário	5.490,23	5.600,03	5.712,03	5.826,27	5.942,80	6.061,66	6.182,89	6.306,55	6.432,68	6.561,33	6.692,56	6.826,41	6.962,94	7.102,20	7.244,24	7.389,12	7.536,91	7.687,65	7.841,40	7.998,23	8.158,19	8.321,35	8.487,78	8.657,54	8.830,69	9.007,30	9.187,45	9.371,20	9.558,62	9.749,79
Nível	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
Salário	1.673,33	1.706,79	1.740,93	1.775,75	1.811,26	1.847,49	1.884,43	1.922,12	1.960,57	1.999,78	2.039,77	2.080,57	2.122,18	2.164,62	2.207,92	2.252,07	2.297,12	2.343,06	2.389,92	2.437,72	2.486,47	2.536,20	2.586,93	2.638,66	2.691,44	2.745,27	2.800,17	2.856,17	2.913,30	2.971,56
Nível	61	62	63	64	9	99	29	68	69	70	71	72	73	74	75	92	77	78	6/	08	81	82	83	84	85	98	87	88	89	06
Salário	510,00	520,20	530,60	541,22	552,04	263,08	574,34	585,83	597,55	609,5	651,69	634,12	646,80	659,74	672,93	686,39	700,12	714,12	728,41	742,97	757,83	772,99	788,45	804,22	820,30	836,71	853,44	870,51	887,92	89'506
Nível	1	7	æ	4	2	9	7	80	6	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	56	27	28	29	30

Nivel	Salario	Nivel	Salário	Nível	Salário
1	1.183,79	61	3.884,05	121	12.743,66
7	1.207,43	62	3.961,72	122	12.998,53
8	1.231,60	63	4.040,97	123	13.258,49
4	1.256,26	64	4.121,79	124	13.523,65
2	1.281,34	65	4.204,20	125	13.794,16
9	1.306,99	99	4.288,31	126	14.070,05
7	1.333,15	29	4.374,06	127	14.351,43
œ	1.359,80	89	4,461,53	128	14.638,51
6	1.386,99	69	4.550,81	129	14.931,25
10	1.414,73	70	4.641,79	130	15.229,85
11	1.443,05	71	4.734,62	131	15.534,47
12	1.471,89	72	4.829,32	132	15.845,15
13	1.501,34	73	4.925,92	133	16.162,04
14	1.531,34	74	5.024,44	134	16,485,29
15	1.561,99	75	5.124,94	135	16.815,00
16	1.593,22	92	5.227,40	136	17.151,29
17	1.625,07	77	5.331,96	137	17.494,33
18	1.657,58	78	5.438,61	138	17.844,19
19	1.690,74	79	5.547,37	139	18,201,08
20	1.724,53	80	5.658,32	140	18.565,11
21	1.759,05	81	5.771,48	141	18.936,41
22	1.794,23	82	5.886,91	142	19.315,13
23	1.830,09	83	6.004,66	143	19.701,43
24	1.866,72	84	6.124,73	144	20.095,48
25	1.904,04	85	6.247,25	145	20.497,38
26	1.942,11	86	6.372,20	146	20.907,33
27	1.980,98	87	6.499,64	147	21.325,46
28	2.020,59	88	6.629,60	148	21.751,99
29	2.060,99	88	6.762,22	149	22.187,01
30	2,102,24	06	6.897,43	150	22.630,76

Segunda Alteração do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ - Alterações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária em 21/03/2024

7.035,42	7.176,13	7.319,64	7.466,03	7.615,38	7.767,65	7.923,01	8.081,46	8.243,08	8.407,97	8.576,12	8.747,64	8.922,59	9,101,06	9.283,05	9.468,72	60'859'6	9.851,29	10.048,28	10.249,27	10,454,24	10.663,34	10.876,62	11.094,12	11.316,01	11.542,32	11.773,17	12.008,63	12.248,80	12,493,78	de 2024.
91	92	93	94	95	96	6	86	66	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	e fevereiro
2.144,27	2.187,13	2.230,93	2.275,51	2.321,02	2.367,43	2.414,80	2.463,08	2.512,35	2.562,59	2.613,85	2.666,11	2.719,45	2.773,84	2.829,34	2.885,91	2.943,62	3.002,49	3.062,56	3.123,80	3,186,27	3.249,97	3.315,01	3.381,30	3,448,94	3.517,89	3,588,27	3.660,02	3.733,25	3.807,92	Obs.: Valores em Reais (R\$) de fevereiro de 2024
31	32	33	34	35	98	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	20	51	52	53	54	55	26	57	28	59	09	Obs.: Valore
9.944,79	10.143,68	10.346,56	10.553,49	10.764,56	10.979,85	11.199,45	11.423,44	11.651,91	11.884,95	12.122,65	12.365,10	12.612,40	12.864,65	13.121,95	13.384,38	13.652,07	13.925,11	14.203,62	14.487,69	14.777,44	15.072,99	15.374,44	15.681,92	15.995,55	16.315,46	16.641,76	16.974,59	17.314,08	17.660,36	
151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	
3.031,00	3.091,62	3.153,45	3.216,52	3.280,85	3.346,46	3.413,39	3.481,66	3.551,29	3.622,32	3.694,77	3.768,66	3.844,03	3.920,92	3.999,33	4.079,32	4.160,91	4.244,13	4.329,01	4.415,59	4.503,90	4.593,98	4.685,86	4.779,57	4.875,17	4.972,67	5.072,12	5.173,56	5.277,04	5.382,58	eiro de 2010.
91	92	93	94	95	96	97	86	66	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	
923,79	942,27	961,12	980,34	999,94	1019,94	1.040,34	1.061,15	1.082,37	1.104,02	1.126,10	1.148,62	1.171,59	1.195,03	1.218,93	1.243,31	1.268,17	1.293,54	1.319,41	1.345,79	1.372,71	1.400,16	1.428,17	1.456,73	1.485,87	1.515,58	1.545,89	1.576,81	1.608,35	1.640,52	Obs.: Valores em Reais (R\$) de feve
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	20	51	52	53	54	55	26	57	28	59	09	Obs.: Valores

23.083,39

151 152 153 154 155 156

24.015,95 24.496,26 24.986,20 25.485,92 25.995,66 26.515,58 27.045,87 28.138,52 28.701,28 29.275,30

27.586,77

160 161 162 163

158 159

157

30.458,02 31.067,18

165 166 31.688,53 32.322,31

167 168 169 170 171 172 173

29.860,80

164

32.968,75

33.628,12 34.300,68 34.986,69 35.686,43 37.870,73 38.628,13

176

177 178 179 180

37.128,17

36,400,17

174 175 40.188,71 40.992,49

39.400,69

23.545,02

Segunda Alteração do Protocolo de Intenções da ARES-PCI — Alterações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária em 21/03/2024

4 - PROGRESSÕES SALARIAIS

- 4.1 O avanço de um nível de vencimento para outro, dar-se-á dentro das condições do Plano de Carreira a seguir, através de Progressão Vertical.
- 4.2 Por Progressão Vertical entende-se a elevação do nível de vencimento em que se encontra o empregado do Quadro Geral, para o imediatamente superior, sempre dentro do mesmo emprego.
- 4.3 O empregado poderá progredir verticalmente através dos seguintes métodos:
- a) progressão vertical por tempo de serviço: é a progressão do emprego conforme seu tempo de emprego público e será realizada no mês em que o empregado completar cada ano de efetivo exercício no emprego a primeira progressão vertical por tempo de serviço será efetuada a partir do contrato de experiência;
- b) progressão vertical por titulação: é a contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do emprego para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, a primeira progressão vertical por titulação será efetuada a partir da conclusão do período do contrato de experiência.
- **4.4 -** A progressão vertical por titulação dar-se-á por titulação do empregado obedecendo aos seguintes critérios de progressão:
- a) de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Fundamental, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- b) de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- c) de dois níveis no emprego por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- d) de três níveis no empregado por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego do empregado;

4 - PROGRESSÕES SALARIAIS

- **4.1** O avanço de um nível de vencimento para outro, dar-se-á dentro das condições do Plano de Carreira a seguir, através de Progressão Vertical.
- **4.2 -** Por Progressão Vertical entende-se a elevação do nível de vencimento em que se encontra o empregado do Quadro Geral, para o imediatamente superior, sempre dentro do mesmo emprego.
- 4.3 O empregado poderá progredir verticalmente através dos seguintes métodos:
- a) progressão vertical por tempo de serviço: é a progressão do emprego conforme seu tempo de emprego público e será realizada no mês em que o empregado completar cada ano de efetivo exercício no emprego a primeira progressão vertical por tempo de serviço será efetuada a partir do contrato de experiência;
- b) progressão vertical por titulação: é a contínua atualização, especialização e
 aperfeiçoamento do emprego para o aprimoramento do desempenho de suas atividades.
 a primeira progressão vertical por titulação será efetuada a partir da conclusão do
 período do contrato de experiência.
- **4.4** A progressão vertiçal por titulação dar-se-á por titulação do empregado obedecendo aos seguintes critérios de progressão:
- g) de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Fundamental, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- h) de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- i) de dois níveis no emprego por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- j) de três níveis no empregado por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego do empregado;

- e) de quatro níveis no emprego por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;
- f) de cinco níveis no emprego por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado.
- 4.5 Para fazer a análise da correlação da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Diretor Administrativo e Financeiro, nomeará uma comissão de três empregados da Agência Reguladora PCJ, que terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para emitir um parecer.
- **4.6 -** É vedada a progressão do empregado durante o período do contrato de experiência.

5 - ALTERAÇÃO DO QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS E REAJUSTES/REVISÕES SALARIAIS

- 5.1 Ficam delegados à Assembleia Geral da ARES-PCJ os poderes e competências para avaliação de eventuais necessidades futuras de alteração no Quadro de Cargos e Salários, bem como atribuição para aplicação de reajustes/revisões dos valores salariais definidos no presente Anexo I, do Protocolo de Intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência Reguladora PCJ).
- Alterações autorizadas na 12ª Assembleia Geral Ordinária da ARES-PCJ e aprovadas por Leis de Ratificação dos Municípios consorciados.

- k) de quatro níveis no emprego por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;
 - l) de cinco níveis no emprego por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado.
- 4.5 Para fazer a análise da correlação da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Diretor Administrativo e Financeiro, nomeará uma comissão de três empregados da Agência Reguladora ARES-PCJ, que terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para emitir um parecer.
- 4.6 É vedada a progressão do empregado durante o período do contrato de experiência.

5 - ALTERAÇÃO DO QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS E REAJUSTES/REVISÕES SALARIAIS

- 5.1 Ficam delegados à Assembleia Geral da ARES-PCJ os poderes e competências para avaliação de eventuais necessidades futuras de alteração no Quadro de Cargos e Salários, bem como atribuição para aplicação de reajustes/revisões dos valores salariais definidos no presente Anexo I, do Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio Público, da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência Reguladora ARES-PCI).
- Alterações autorizadas na 26ª Assembleia Geral Ordinária da ARES-PCI para aprovação por Leis de Ratificação dos Municípios consorciados.



Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO № 63/2024 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI № 63/2024 - PROCESSO № 16500-2024.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 63/2024, de autoria do nobre Prefeito Municipal, Dr. Gustavo Ramos Perissinotto, que dispõe sobre a ratificação da segunda alteração do protocolo de intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – ARES–PCJ.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:



Estado de São Paulo

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

O Projeto de Lei ora analisado dispõe sobre a ratificação da segunda alteração do protocolo de intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – ARES–PCJ.

Dessa forma, o senhor Prefeito Municipal encaminhou o presente Projeto de Lei sustentando que o mesmo tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ratificar, integralmente, as alterações do Protocolo de Intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES-PCJ), conforme anexo I, de forma a alterar a estrutura e funcionamento da entidade reguladora.



Estado de São Paulo

A referida proposta de alteração fora aprovada na 26ª Assembleia Geral Ordinária da Agência Reguladora ARES-PCJ, ocorrida na cidade de Americana, Estado de São Paulo, no dia 21 de março de 2024, sendo que tal mudança em nada onera o Município de Rio Claro, uma vez que o custeio será suportado pela própria Agência, sendo respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101/2000).

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 06 de junho de 2024.

Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437

Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357



Estado de São Paulo

Assinaturas Digitais

O documento Relatório Jurídico Nº 1 ao Projeto de Lei Nº 63/2024 foi proposto para assinatura digital na Câmara Rio Claro. Para as assinaturas, $\underline{https://rioclaro.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=4RTYRWFVZXMNCR1R,}$ ou vá até https://rioclaro.siscam.com.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é

Código para verificação: 4RTY-RWFV-ZXMN-CR1R



DANIEL MAGALHAES NUNES

Assinado em 06/06/2024, às 16:39:37

RICARDO TEIXEIRA PENTEAD

Jurídico Assinado em 06/06/2024, às 16:40:35 Amanda Gaino Franco

Jurídico

Assinado em 06/06/2024, às 16:45:58



Estado de São Paulo

PEDIDO COMISSÃO CONJUNTA

Solicitamos abertura de Comissão Conjunta no **PROJETO DE LEI Nº 063/2024**, de Autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**.

Rio Claro, 10 de junho de 2024.

Respondendo pela Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças

Hernani Leonhardt Comissão de Administração Pública

Sivatdo Faisca

Comissão de Défesa dos Direitos da Pessoa Humana Irander Agusto Lopes / Comissão de Defesa dos Direitos da Criança

e do Adolescente

Sérginho Carnevale

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Comissão Permanente de Defesa dos

Alessandro Alm

Animais

Julinko Lopes

Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Agrícola e Meio Ambiente



Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 063/2024

A Comissão Conjunta dos Presidentes de Comissão Permanente desta Edilidade, abaixo assinado, opinam pela aprovação do **Projeto de Lei nº 063/2024**, de Autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**.

Rio Claro, 12 de junho de 2024.

Respondendo pela Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças

Hernani Leonhardt Comissão de Administração Pública

Sivatdo Faísca Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Serginho Carnevale Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Alessandro Atmejda

Comissão Permanento de Defesa dos

Animais

Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política/Agrícola e Meio Ambiente



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O.f.D.E.037/24

Rio Caro, 04 de junho de 2024

Senhor Presidente,

Tenho a honra de enviar a essa Casa de Leis, o Projeto de Lei em anexo, que cria os Artigos 30-A e 30-B junto à Lei Municipal nº 5.063, de 05 de julho de 2017.

Cabe esclarecer, que o Projeto de Lei em anexo, visa incluir na citada legislação, que dispõe sobre organização do sistema de inovação e sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não rotineira e a extensão tecnológica em ambiente produtivo, o "Hub Rio Claro de Inovação", como uma das instituições Municipais de Apoio dos Sistema Municipal de Inovação, com o objetivo de ser uma plataforma, física e digital, de apoio, de forma gratuita, ao desenvolvimento de empreendedores e startups.

Determina também a nova legislação, que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico será responsável pela gestão da nova plataforma.

Diante do exposto e contando com a honrosa atenção de Vossa Excelência e dos nobres membros desse Legislativo Municipal, aguarda-se a aprovação do Projeto de Lei em anexo.

Atenciosamente

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS DD. Presidente da Câmara Municipal de RIO CLARO



CATAMA PIDITE 1 TO



Prefeitura Municipal de Río Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 064 2024
(Inclui na Lei Municipal nº 5.603 de 05 de julho de 2017 os Artigos 30-A e 30-B)

Art. 1º - Ficam criados os Arts. 30-A e 30-B, no Capítulo X da Lei Municipal nº 5.603 de 05 de julho de 2017, com a seguinte redação:

"Art. 30-A - Fica instituído o Hub Rio Claro de inovação, a ser regulamentado via Decreto Municipal, pelo Poder Executivo, como uma das Instituições Municipais de Apoio do Sistema Municipal de Inovação, com objetivo de ser uma plataforma, física e digital, de apoio gratuito ao desenvolvimento de empreendedores e startups.

Art. 30-B - A Secretaria de Desenvolvimento Econômico é o órgão da Prefeitura responsável pela gestão do Hub Rio Claro, devendo para isso contar com equipe de servidores capacitados para desenvolver os programas, projetos e ações previstas, considerando os interesses públicos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GUSTAVO RAMOS FERISSINOTTO
Prefeito Mynistral



Estado de São Paulo

PEDIDO COMISSÃO CONJUNTA

Solicitamos abertura de Comissão Conjunta no **PROJETO DE LEI Nº 064/2024,** de Autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**.

Rio Claro, 10 de junho de 2024.

Respondendo pela Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças

Hernani Leonhardt
Comissão de Administração Pública

Sivatdo Faisca
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa
Humana

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Serginho Carnevale Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Alessandro Almeida Comissão Permanente de Defesa dos

Julinilo Lopes

Comissão de Plandámento, Desenvolvimento Urbano, Política Ágrícola e Meio Ambiente





Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO № 64/2024 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI № 64/2024 - PROCESSO № 16502-2024.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 64/2024, de autoria do nobre Prefeito Municipal que inclui na Lei Municipal nº 5.063 de 05 de julho de 2017 os Artigos 30-A e 30-B.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Rua 3, nº 945, Centro, CEP: 13500-907 - Rio Claro - S.P. - Fone: (19) 3526-1300

Documento Assinado Digitalmente. Para verificar o documento, acesse o site: https://rioclaro.siscam.com.br/documentos/autenticar - UBH5-JZ31-4VW7-J99Y





Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso ora analisado, o Projeto de Lei acrescenta dispositivos na Lei Municipal $n^{\rm o}$ 5063, de 05 de julho de 2017.

Ressaltamos, que uma Lei somente pode ser alterada ou revogada por lei posterior de igual hierarquia, fato este que está sendo respeitado na proposta em tela.

Dessa forma, verificamos que o Projeto de Lei não encontra qualquer obstáculo regimental ou legal, podendo dar prosseguimento ao seu trâmite, seguindo para análise das Comissões Permanentes da Casa Legislativa.

Todavia, verificamos um erro de digitação no Projeto de Lei, o número da Lei Municipal correto sobre o assunto é a "Lei Municipal nº 5.063" e não "Lei Municipal nº 5.603", conforme apresentado na justificativa do Projeto de Lei pelo Prefeito Municipal, devendo assim ser corrigido o número da Lei na redação final, tanto na Ementa quanto no artigo 1º do mesmo.



Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**, com a ressalva de que seja corrigido na redação final o número correto da Lei Municipal na Ementa e no corpo da Lei.

Rio Claro, 11 de junho de 2024.

Daniel M. Nunes

Ricardo T. Penteado

Amanda G. Franco

Procurador Jurídico

Procurador Jurídico

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 164.437

OAB/SP nº 139.624

OAB/SP nº 284.357



Estado de São Paulo

Assinaturas Digitais

O documento Relatório Jurídico Nº 1 ao Projeto de Lei Nº 64/2024 foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Rio Claro. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://rioclaro.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=UBH5JZ314VW7J99Y, ou vá até o site https://rioclaro.siscam.com.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: UBH5-JZ31-4VW7-J99Y

RICARDO TEIXEIRA PENTEAD

Jurídico

Assinado em 11/06/2024, às 16:01:29

DANIEL MAGALHAES NUNES

Jurídico

Assinado em 11/06/2024, às 16:02:58

Amanda Gaino Franco

Jurídico

Assinado em 11/06/2024, às 16:05:33



Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 064/2024

A Comissão Conjunta dos Presidentes de Comissão Permanente desta Edilidade, abaixo assinado, opinam pela aprovação do **Projeto de Lei nº 064/2024**, de Autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**.

Rio Claro, 12 de junho de 2024.

Respondendo pela Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Asompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças

Hernani Leonhardt
Comissão de Administração Pública

Sívaldo Faísca
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa
Humana

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Serginho Carnevale Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Alessandro Almeida
Comissão Permanente de Defesa dos
Animais

Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Agrícola e Meio Ambiente



Prefeitura Municipal de Río Claro

Estado de São Paulo

O.f.D.E.038/24

Rio Caro, 04 de junho de 2024

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e aos demais Nobres Edis, para análise e votação, o anexo Projeto de Lei que autoriza o Município de Rio Claro a realizar concessão de uso de área pública ao Grupo de Apoio Trabalho e Amor de Rio Claro.

É certo que o Município não possui estrutura capaz de atender toda a demanda necessária ao acolhimento e tratamento de usuários de drogas e entorpecentes.

Desta feita, já de há muito se apresenta como um costume a utilização do trabalho de entidades sem fins lucrativos para complementar as demandas presentes na sociedade, e como forma de colaboração a utilização de bens públicos se apresenta essencial para o desenvolvimento dessas atividades nas mais diversas áreas de interesse da população, como assistência social, educação, esportes ou lazer.

No caso do projeto de lei em anexo, a entidade beneficiada com a cessão de uso desenvolve relevante trabalho de orientação aos pais, jovens e educadores na prevenção ao abuso e dependência de álcool e outras drogas.

Atualmente a entidade desenvolve suas atividades com diversas limitações, em área cedida pela Capela Nossa Senhora do Carmo, e atende cerca de 2.900 pessoas, sendo de extrema importância a existência de um prédio próprio a fim de propiciar a continuidade dos trabalhos, bem com possibilitar um aumento no volume de atendimentos.

Por todo exposto e contando com a honrosa atenção de Vossa Excelência e dos nobres membros desse Legislativo Municipal, aguarda-se a aprovação do Projeto de Lei em anexo, na forma disposta no Artigo 50 da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Atenciosamente

GUSTAVO RAMOS/PER/SSINOTTO

Prefeito Muzicipal

Excelentíssimo Senhor JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS DD. Presidente da Câmara Municipal de RIO CLARO

PM 12024 1001

CAMAR, EIGRETASI



Prefeitura Municipal de Río Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 065/2024

(Autoriza o Município de Rio Claro a realizar concessão de uso de área ao GRUPO DE APOIO TRABALHO E AMOR DE RIO CLARO e dá outras providências)

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a concessão de uso da área institucional localizada no Jardim Chervezon, inscrita na referência cadastral nº 01.05.002.0001.001, matrícula nº 66.275 do 1º CRI, medindo 570,64 metros quadrados, localizada na Rua M22, conforme o que dispõe o Artigo 109, § 1º da Lei Orgânica do Município, ao GRUPO DE APOIO TRABALHO E AMOR DE RIO CLARO, associação civil sem fins lucrativos, com sede à Avenida 8 nº 2167, Jardim Mirassol, em Rio Claro/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.548.599/0001-19

Artigo 2º - A presente concessão será realizada pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogáveis automaticamente e sucessivamente por iguais períodos.

Artigo 3º - A permissionária poderá utilizar a área pública para a construção de sua sede própria, a fim de melhor atender a comunidade na prevenção e recuperação do uso e abuso de álcool e outras drogas, bem como para a consecução de outras atividades de interesse público.

Parágrafo Único - A entidade ficará responsável pelo pagamento de todas as tarifas de consumo vinculadas ao imóvel ora cedido, tais como as despesas com água/esgoto, energia elétrica, internet, dentre outras, ressalvado o pagamento do IPTU, uma vez que não está havendo transferência de propriedade, permanecendo o bem como de titularidade do Município de Rio Claro.

Artigo 4º - No caso de dissolução da entidade e término de suas atividades, da inexistência do interesse da entidade no uso da referida área cedida, ou ainda pelo desvio de finalidade das atividades lá desenvolvidas, o imóvel retornará à posse do Município de Rio Claro, independentemente de qualquer indenização das construções ou benfeitorias realizadas no mesmo.

Artigo 5º - As despesas oriundas da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO



Estado de São Paulo

PEDIDO COMISSÃO CONJUNTA

Solicitamos abertura de Comissão Conjunta no **PROJETO DE LEI Nº 065/2024,** de Autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**.

Rio Claro, 10 de junho de 2024.

Respondendo pela Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças

Hernani LeonhardtComissão de Administração Pública

Sivatdo Faísca
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa
Humana

Irander Agusto Jopes

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente

Serginho Carnevale Comissão de/Defesa dos Direitos da Mulher

Alessandro Almelda
Comissão Permanente de Defesa dos
Animais

Julinho LopesComissão de Planejamento, Desenvolvimento
Urbano, Política Agrícola e Meio Ambiente



Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO № 65/2024 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI № 65/2024 - PROCESSO № 16503-2024.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 65/2024, de autoria do nobre Prefeito Municipal, Dr. Gustavo Ramos Perissinotto, que autoriza o Município de Rio Claro a realizar concessão de uso de área pública ao GRUPO DE APOIO TRABALHO E AMOR DE RIO CLARO e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

Compete ao município privativamente dispor sobre os bens que lhe pertençam (outorga a particulares, mediante concessão, permissão ou autorização), a teor do artigo 8º, inciso V, alínea "b", cabendo a Câmara Municipal deliberar em conformidade com o artigo 14, inciso VIII, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.



Estado de São Paulo

A competência para dispor sobre a referida matéria, por se tratar de uso de bens municipais, é de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, a teor do artigo 79, inciso XIV e artigo 105, ambos da Lei Orgânica do Município de Rio Claro. Sob esse diapasão, a legitimidade está patente.

A Lei Orgânica do Município de Rio Claro dispõe que:

"Artigo 109 – O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público, devidamente justificado, o exigir.

§ 1.º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominical dependerá de lei e concorrência, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço publico, a entidades assistenciais, ou quando houver interesse relevante, devidamente justificado."

Na justificativa apresentada pelo Senhor Prefeito Municipal foi aduzido que o Município não possui estrutura capaz de atender toda a demanda necessária ao acolhimento e tratamento de usuários de drogas e entorpecentes. Assim, a entidade beneficiada com a cessão de uso desenvolve relevante trabalho de orientação dos pais, jovens e educadores na prevenção ao abuso e dependência de álcool e outras drogas.



Estado de São Paulo

Sustentou, também, que a entidade desenvolve suas atividades com diversas limitações em área cedida pela Capela Nossa Senhora do Carmo e atende cerca de 2.900 pessoas, sendo de extrema importância a existência de um prédio próprio a fim de propiciar a continuidade dos trabalhos, bem como possibilitar um aumento no volume de atendimentos.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 11 de junho de 2024.

Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437

Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Ricardo Teixeira Penteado Procurador Jurídico OAB/SP nº 139.624





Estado de São Paulo

Assinaturas Digitais

O documento Relatório Jurídico Nº 1 ao Projeto de Lei Nº 65/2024 foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Rio Claro. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://rioclaro.siscam.com.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 66GX-891S-B1P0-6N5S

DANIEL MAGALHAES NUNES

Jurídico

Assinado em 11/06/2024, às 16:02:45

RICARDO TEIXEIRA PENTEAD

Jurídico

Assinado em 11/06/2024, às 16:03:02

Amanda Gaino Franco

Jurídico

Assinado em 11/06/2024, às 16:05:42



Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 065/2024

A Comissão Conjunta dos Presidentes de Comissão Permanente desta Edilidade, abaixo assinado, opinam pela aprovação do **Projeto de Lei nº 065/2024**, de Autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**.

Rio Claro, 12 de junho de 2024.

Respondendo pela Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças

Hernani Leonhardt Comissão de Administração Pública

Sivaldo Faísca Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Serginho Carnevale
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Alessandro Almeida

Comissão Permanente de Defesa dos

Animais

Comissão de Planejamento, Desenvolvimento
Urbano, Política Agrícola e Meio Ambiente